

Relatório da Administração

A Diretoria da Citigroup Global Markets Brasil CCTVM S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2017. **A Diretoria**

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015	PASSIVO	Nota	2016	2015
ATIVO							
Ativo circulante		375.581	444.578	Passivo circulante		238.817	311.601
Disponibilidades	4	356	1.039	Outras obrigações		238.817	311.601
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	7.602	6.200	Sociais e estatutárias		10.707	9.574
Aplicações em operações compromissadas		7.602	6.200	Fiscais e previdenciárias	14	40.375	7.326
Títulos e valores mobiliários	6	246.175	227.732	Negociação e intermediação de valores	8	126.224	230.640
Carteira própria		27.979	12.891	Diversas	15	61.511	64.061
Vinculados à prestação de garantias		218.196	214.841	Não circulante		19.706	17.092
Operações de crédito	7	-	58.422	Fiscais e previdenciárias	14	12.209	11.410
Operações de crédito - Setor privado		-	58.422	Diversas	15	7.497	5.682
Outros créditos		121.418	151.148	Patrimônio líquido	17	512.381	464.380
Rendas a receber		30.712	633	Capital social - De domiciliados no exterior		248.000	248.000
Negociação e intermediação de valores	8	62.606	119.979	Reserva de lucros		267.369	216.380
Créditos tributários	9	6.707	11.022	Ajuste de avaliação patrimonial		(2.988)	-
Diversos	10	21.393	19.514				
Outros valores e bens		30	37				
Despesas antecipadas		30	37				
Não circulante		395.323	348.495				
Ativo realizável a longo prazo		393.173	346.145				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	232.695	213.163				
Aplicações em depósitos interfinanceiros		232.695	213.163				
Títulos e valores mobiliários	6	103.560	87.865				
Carteira própria		97.652	87.865				
Vinculados à prestação de garantias		5.908	-				
Outros créditos		56.918	45.117				
Créditos tributários	9	32.233	22.993				
Diversos	10	24.685	22.124				
Permanente		2.150	2.350				
Investimentos	11	15	2				
Outros investimentos		15	2				
Imobilizado de uso	12	1.612	2.087				
Outras imobilizações de uso		10.325	10.274				
(Depreciações acumuladas)		(8.713)	(8.187)				
Intangível	13	523	261				
Ativos intangíveis		922	2.542				
(Amortizações acumuladas)		(399)	(2.281)				
Total do ativo		770.904	793.073	Total do passivo		770.904	793.073

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014		248.000	18.051	192.938	-	-	458.989
Lucro líquido		-	-	4.911	-	5.391	5.391
Destinações:			480	4.911	-	(5.391)	-
Reservas	17.b e c	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		248.000	18.531	197.849	-	-	464.380
Adoção ao CPC 33 - Benefícios a empregados		-	-	-	(2.647)	2.647	-
Saldos de abertura em 1º de janeiro de 2016		248.000	18.531	197.849	(2.647)	2.647	464.380
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados		-	-	-	(341)	341	-
Lucro líquido		-	-	-	-	48.342	48.342
Destinações:			2.417	48.572	-	(50.989)	-
Reservas	17.b e c	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		248.000	20.948	246.421	(2.988)	-	512.381
Saldos em 30 de junho de 2016		248.000	19.417	197.849	(2.780)	19.478	481.964
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados		-	-	-	(208)	-	(208)
Lucro líquido		-	-	-	-	30.625	30.625
Destinações:			1.531	48.572	-	(50.103)	-
Reservas	17.b e c	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		248.000	20.948	246.421	(2.988)	-	512.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

1 | Contexto operacional

A Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Corretora) é parte integrante do Conglomerado Citibank no Brasil, e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atua nos mercados financeiro e de capitais. Utiliza-se dos recursos, informações e tecnologias dessas empresas e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas nesse contexto.

A Corretora tem como objeto social a prática de todas as operações permitidas nas disposições legais e regulamentares às companhias corretoras, operando em sistema mantido pela bolsa de valores e na compra e venda de títulos e valores mobiliários por conta de terceiros ou por conta própria.

Em 08 de outubro de 2016, o Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank, e o grupo Itaú Unibanco celebraram contrato de compra e venda das operações de *Consumer Bank* no Brasil pelo valor de R\$ 710.000, onde o grupo Itaú Unibanco será o sucessor dos negócios de varejo do Banco no Brasil, incluindo empréstimos, depósitos, cartões de crédito, 71 agências, gestão de recursos e corretagem de seguros, assim como as participações societárias detidas na TECBAN - Tecnologia Bancária S.A. (5,64%) e na CIBRASEC - Companhia Brasileira de Securitização (3,60%).

A operação de compra e venda envolveu uma base de 315 mil clientes correntistas, R\$ 35 bilhões entre depósitos e ativos sob gestão, R\$ 1,1 milhão de cartões de crédito e R\$ 6 bilhões de carteira de crédito, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2015.

A operação envolverá a reestruturação societária de algumas empresas do Conglomerado Financeiro Citibank, de modo que o negócio do varejo seja cindido e absorvido pelo grupo Itaú Unibanco.

A conclusão desta operação está sujeita às aprovações dos órgãos reguladores, especialmente o BACEN - Banco Central do Brasil e o CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

2 | Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - Bacen e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Corretora em 13 de fevereiro de 2017.

3 | Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado
As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa
Títulos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas demonstrações dos fluxos de caixa referem-se às disponibilidades, às aplicações em operações compromissadas posição bancada e às aplicações em moeda estrangeira contratadas com prazo inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez
Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

d) Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i. Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria são apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independente do seu prazo de vencimento, conforme Circular Bacen nº 3.062/2001.

ii. Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;

iii. Títulos disponíveis para venda - Aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados no resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Os custos de mercado dos títulos públicos é apurado segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento.

As ações são valorizadas pela cotação de fechamento do dia em que foram negociadas em bolsa de valores em contrapartida ao resultado do período.

Os Certificados de Depósito Bancário - CDB, são atualizados considerando custo de aquisição e os rendimentos auferidos pelo indexador do contrato. O valor de curva e o seu valor de mercado se equiparam.

A valorização das cotas de fundos de índice de mercado é baseada na média ponderada do preço dos ativos que formam a composição da carteira.

e) Operações de crédito
As operações de crédito são realizadas sob a modalidade de financiamentos a pessoas físicas e jurídicas que satisfaçam as condições para contratação de operações destinadas a aquisições de ações.

- Direitos e/ou obrigações por empréstimos de ações** - As ações cedidas ou tomadas por empréstimos não são registradas em conta específica, valorizadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas na bolsa de valores e que habitualmente tem maior negociação, acrescida dos encargos/rendimentos do empréstimo, apropriada diariamente no resultado.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.582, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa
A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, considerando-se a classificação das operações de crédito e outros créditos em nove níveis de risco que, por sua vez, estão diretamente relacionados ao percentual da provisão a ser constituída.

A classificação das operações é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade, limite de crédito e as características gerais da operação, bem como as garantias enviadas.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas após decorridos 6 meses contados a partir da classificação no *rating* *H*, desde que apresentem atraso superior a 180 dias.

g) Negociação e intermediação de valores
Os saldos são demonstrados pelos valores das operações de compra ou venda de instrumentos financeiros realizados junto às bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo previsto pela legislação em vigor.

h) Permanente
São investimentos não representados por certificados de investimentos e estão registrados pelo seu custo original.

i) Imobilizado
O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição e depreciado pelo método linear utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, sistema de segurança e instalações e 20% para sistema de processamento de dados e veículos.

iii. Intangível
O ativo intangível é composto por:

- Aquisição e desenvolvimento de *software* registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados pelo método linear utilizando-se a taxa de 20% ao ano, contabilizados a partir de 1º de outubro de 2008.

Além da amortização, os valores são submetidos a revisões periódicas de testes de *impairment* conforme descrito na nota 31.

i) Redução do valor recuperável de ativos (Impairment)
O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566 com efeito a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos.

- Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, e
- Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais
São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com a determinação estabelecida na Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009, que aprova a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25.

i. Ativos e passivos contingentes
Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Ativos contingentes - São avaliados periodicamente e não são reconhecidos no balanço. Quando a realização do ativo for praticamente certa, existe o reconhecimento ativo.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntariamente ou involuntariamente conforme o prazo prescrito na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (2 anos), pois a entidade espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário aciona a justiça do trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo.

As ações cíveis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido. As ações cíveis com valores inferiores a R\$ 300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$ 500 são consideradas massificadas. As ações massificadas são provisionadas com base na média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses, acrescidas dos juros desde a data de ajuizamento/citação dos mandantes.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte: No ajuizamento da causa, os processos trabalhistas são provisionados com base em percentual do valor do pedido. O referido percentual é calculado de acordo com a média histórica de pagamentos dos processos encerrados nos últimos 18 meses considerados relevantes, tomando em consideração percentual de ganhos de causa, percentual de acordos e percentual de perdas quando da sentença em primeira instância adicionado do valor de risco existente na base ativa. A avaliação individual da probabilidade de perda é baseada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobremaneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

As ações cíveis consideradas relevantes terão sua avaliação de risco calculada pelos advogados externos e serão provisionadas pelo valor do risco de perda quando considerada como perda provável.

As ações cíveis e trabalhistas estão registradas na rubrica contábil "Outras obrigações - diversas".

ii. Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias
Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão, independentemente da avaliação dos consultores legais e da Administração.

As ações fiscais e previdenciárias são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores desde, atualizados mensalmente, e registradas na rubrica de "Provisão para riscos fiscais".

k) Imposto de renda - Contribuição social
As provisões para o imposto de renda e contribuição social foram constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, às alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% para o Imposto de Renda.

Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP nº 675/2015, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras de 15% para 20%.

A MP entrou em vigor a partir de 1º de setembro de 2015 e a referida MP foi convertida na Lei nº 13.111, de 10 de setembro de 2015.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059, de 30 de dezembro de 2002, e na Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determinam que a Entidade deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência e;
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em exercícios subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de 10 anos.

l) Plano de incentivos com base em ações
A Corretora participa de planos de incentivos com base em ações do Citigroup, representado pelos seguintes programas:

- CAP (*Capital Accumulation Program*), que oferece ações aos funcionários, com base no Acordo de Participação de Atores em Planos de Ações (*Stock Plans Affiliate Participation Agreement - SPAPA*) em que a Corretora efetua remessa de câmbio ao Citigroup pelo preço de mercado da ação na data de transferência dos recursos.

O CAP é um programa com liquidação em instrumento financeiro, com contabilização das respectivas obrigações de efetuar pagamentos ao Citigroup. É reconhecido o valor justo dos prêmios na data de concessão como uma despesa de remuneração durante o período de aquisição, com um crédito contábil correspondente em relação aos valores pagos ao Citigroup em suas respectivas obrigações segundo o SPAPA são reconhecidos no resultado ao longo do período de aquisição.

- Stock Option*, programa que o funcionário tem o direito de exercer a opção e receber em dinheiro a diferença entre o preço da ação no mercado e o preço da ação na data da concessão da opção. O *Stock Option* é um programa com liquidação em caixa e o valor da obrigação é reconhecido durante o período de vigência da opção, pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período.

Não há provisão registrada em 31 de dezembro de 2016, referente ao programa de *Stock Option*, pois, já encerrado o prazo para exercer a opção.

m) Benefícios pós-emprego
A Corretora participa de plano de benefício de aposentadoria suplementar de contribuição definida. A despesa no resultado representa as contribuições pagas em relação ao serviço prestado pelos funcionários durante o ano. A Corretora também participa de plano de benefício de aposentadoria e de benefício definido onde não há participação do funcionário em seu custeio. Para seus planos de benefício definido, a obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, juntamente com ajustes referentes ao custo do serviço passado.

A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos, e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação previdenciária. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em ajuste de avaliação patrimonial. Os custos do serviço corrente e passado, as despesas de juros e o retorno esperado sobre os ativos são reconhecidos na demonstração do resultado.

Será reconhecido um excedente no balanço quando houver um benefício econômico disponível à Corretora como redução nas contribuições futuras ou como reembolso de verbas para a empresa (regra do teto do ativo - *asset ceiling*).

O Banco Central publicou em 25 de junho de 2015 a Resolução nº 4.424, referendando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Para o plano de assistência à saúde para aposentados essa Resolução não trouxe impactos no balanço patrimonial da Corretora em função da adoção antecipada do CPC 33, considerando que este plano estava deficitário.

Os benefícios pós-emprego, relacionados ao complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida e prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de responsabilidade do patrocinador, foram avaliados e mesmo estes, sendo superatuários, a aplicação da regra gerou um impacto na linha de outros ajustes de avaliação patrimonial, lucros acumulados e resultado decorrente da contabilização do custo do benefício definido considerando premissas atuariais. Não houve impacto em ativos e passivos, dada a observância da regra do *asset ceiling*.

n. Benefícios de curto prazo, inclusive Participação nos Lucros e Resultados, para os empregados atuais são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

4 | Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Disponibilidade em moeda nacional	348	1.029
Disponibilidades em moedas estrangeiras	8	10
Aplicações em operações compromissadas - Posição bancada	7.602	6.200
Total	7.958	7.239

5 | Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Até 3 meses	De 3 a 5 anos	Total	2016	2015
Aplicações em operações compromissadas	7.602	-	7.602	6.200	6.200
Posição bancada	7.602	-	7.602	6.200	6.200
Letras do Tesouro Nacional - LTN	7.602	-	7.602	6.200	6.200
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	232.695	232.695	213.163	213.163
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	232.695	232.695	213.163	213.163
Total	7.602	232.695	240.297	219.363	219.363

Demonstrações dos Resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2º Semestre 2016	2016	Exercícios 2015
Receitas da intermediação financeira		38.028	80.573	71.973
Operações de crédito		1.5		

Citigroup Global Markets Brasil CTVM S.A.

CNPJ nº 33.709.114/0001-64

Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	1 ano	2 anos	3 anos	2015	4 anos
Provisão para bônus e gratificação periódica	3.961	4.237	1.013	-	-
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	38	3.736	-	-	-
Provisão para outros pagamentos	846	905	216	-	-
Ajuste à valor de mercado de títulos e valores mobiliários	21	25	34	4	4
Total	4.866	8.903	1.263	4	4

O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 30.989 (2015 - R\$ 26.554) descontados à taxa média de captação do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil.

Os créditos tributários registrados são constituídos às alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Não havia créditos tributários não constituídos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

10) Outros créditos - Diversos

	2016		2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Devedores por depósitos em garantia	-	24.685	-	22.124
Impostos e contribuições a compensar	145	-	141	-
Adiantamentos e antecipações	301	-	844	-
Outros (nota 25.c)	20.947	-	18.529	-
Total	21.393	24.685	19.514	22.124

11) Investimentos

O saldo de outros investimentos é composto por títulos patrimoniais no valor de R\$ 15 (2015 - R\$ 2).

12) Imobilizado de uso

	2016		2015	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Instalações	1.980	(1.083)	897	897
Móveis e equipamentos de uso	1.076	(768)	308	308
Sistemas de comunicação	2.992	(2.936)	56	56
Sistemas de processamentos de dados	4.082	(3.736)	346	351
Sistemas de segurança	2	(2)	-	-
Sistemas de transporte	188	(188)	-	-
Total	10.325	(8.713)	1.612	1.612

	2016		2015	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Instalações	1.980	(890)	1.090	1.090
Móveis e equipamentos de uso (1)	1.076	(670)	406	406
Sistemas de comunicação	2.983	(2.877)	106	106
Sistemas de processamentos de dados	4.045	(3.561)	484	484
Sistemas de segurança	2	(1)	1	1
Sistemas de transporte	188	(188)	-	-
Total	10.274	(8.187)	2.087	2.087

(1) Em 2015 para fins de publicação o saldo do ativo diferido foi classificado em Móveis e equipamentos de uso.

13) Intangível

	2016		2015	
	Amortização acumulada	Valor residual	Amortização acumulada	Valor residual
Desenvolvimento de software	922	(399)	523	261
Total	922	(399)	523	261

14) Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

	2016		2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	33.009	-	2.175	-
Impostos e contribuições a recolher	4.838	-	3.035	-
Provisão para impostos e contribuições diferidos (1)	2.160	-	-	-
Provisão para riscos fiscais (nota 16)	40.375	12.209	2.116	11.410
Total	80.382	12.209	4.306	11.410

(1) Provisão para impostos diferidos refere-se a passivos fiscais de imposto de renda e contribuição social decorrentes do ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros derivativos.

Em virtude da majoração de alíquota da CSLL, a Corretora registrou crédito tributário adicional no montante de R\$ 3.703. A referida majoração de alíquota aumentou o valor da CSLL a recolher neste exercício no montante de R\$ 5.034.

15) Outras obrigações - Diversas

	2016		2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para pagamentos de despesas de pessoal	44.683	-	47.731	-
Valores a pagar a ex-acionistas (1)	14.106	-	13.007	-
Provisão a pagar à sociedade ligada no exterior (2)	1.725	-	2.191	-
Provisão para pagamentos a efetuar	597	-	512	-
Provisão para passivos contingentes - cíveis (nota 16)	-	1.600	-	1.547
Provisão para passivos contingentes - trabalhistas (nota 16)	400	5.897	620	4.135
Total	61.511	7.497	64.061	5.682

(1) Referem-se à provisão de valores a pagar aos ex-acionistas da Intra, registrada no segundo semestre de 2011. A Corretora mantém depositado judicialmente 100% do saldo que é atualizado mensalmente pela taxa Selic.

(2) Referem-se, basicamente, à comissão paga à empresa ligada no exterior por indicações de clientes globais.

16) Passivos contingentes e obrigações legais

a) Saldos patrimoniais dos passivos contingentes por natureza

	2016		2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para riscos fiscais	2.368	12.209	2.116	11.410
Provisão para passivos contingentes - cíveis	-	1.600	-	1.547
Provisão para passivos contingentes - trabalhistas	400	5.897	620	4.135
Total	2.768	19.706	2.736	17.092

Em conformidade com os procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN de 16 de dezembro de 2009 e, na Carta-Circular nº 3.429 publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2010, a Corretora tem constituída uma provisão para riscos fiscais, composta basicamente, pelo seguinte caso:

- Fiscal - PIS e COFINS sobre despesas de corretagem - R\$ 12.209 (2015 - R\$ 11.410):** Trata-se de processos onde se discute o recolhimento do PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro auferido no processo de conversão dos títulos patrimoniais da BM&F e BOVESPA para CETIP em ações. Aguardam-se decisões de segunda instância.

b) Contingências classificadas com risco de perda possível:

- Não são reconhecidas contabilmente, pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estes processos não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por processos fiscais de R\$ 71.050 (2015 - R\$ 41.803), compostas basicamente, pelos seguintes processos fiscais:
 - Desmutualização - BM&F e Bovespa - R\$ 40.004 (2015 - R\$ 37.168):** Trata-se de processos onde se discute o recolhimento do PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro auferido no processo de conversão dos títulos patrimoniais da BM&F, Bovespa e Cetip em ações. Aguardam-se decisões de segunda instância.
 - PIS e COFINS sobre Incorporação de Ações - R\$ 14.927 (2015 - R\$ 0):** Trata-se de processo onde se discute o recolhimento de PIS e COFINS sobre suposto ganho de capital ocorrido na incorporação de ações da BM&F e Bovespa. Aguarda-se julgamento de segunda instância administrativa.
 - ISS Corretagem - R\$ 4.792 (2015 - R\$ 4.448):** Trata-se de processo onde se discute a incidência do ISS sobre as operações realizadas na BM&F&BOVESPA. Aguarda-se julgamento de Embargos à Execução.

c) Movimentação das contingências

	Saldo em 31/12/2015		Constituição		Reversão		Utilização		Atualização		Saldo em 31/12/2016	
Cíveis	1.547	94	(272)	231	1.600	-	-	-	-	1.547	94	1.547
Trabalhistas	4.755	1.787	(287)	175	6.297	-	-	-	-	6.297	-	6.297
Fiscais	1.828	1.881	(287)	(405)	1.457	-	-	-	-	1.457	-	1.457
Total	19.828	1.881	(287)	(405)	1.457	(405)	(405)	(405)	(405)	1.457	(405)	22.474
	Saldo em 31/12/2014		Constituição		Reversão		Utilização		Atualização		Saldo em 31/12/2015	
Cíveis	1.262	96	(29)	(21)	239	-	-	-	-	239	-	1.547
Trabalhistas	3.900	1.092	(327)	(84)	4.795	-	-	-	-	4.795	-	6.297
Fiscais	10.834	20.432	-	(18.575)	835	-	-	-	-	835	-	13.526
Total	15.996	21.620	(356)	(18.680)	1.248	(18.680)	(18.680)	(18.680)	(18.680)	1.248	(18.680)	19.828

17) Patrimônio líquido

a) Capital social
O capital social é representado por 2.757.180.529 ações ordinárias e 2.757.180.529 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais gozam do privilégio de prioridade no reembolso do capital social no caso de liquidação ou dissolução, com o prêmio que vier a ser fixado na Assembleia Geral.

b) Reserva legal
É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do Artigo 193 de Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi constituída reserva legal de R\$ 2.417 (2015 - R\$ 480).

c) Reserva estatutária
Constituída sob a forma de (i) reserva para equalização de dividendos e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, estando limitada a 90% do capital social da Corretora e (ii) reserva para reforço de capital de giro, visando garantir meios financeiros para a operação da Corretora, estando limitada a 10% do seu capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi constituída reserva estatutária de R\$ 48.572 (2015 - R\$ 4.911).

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP)
Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foram distribuídos dividendos, bem como juros sobre capital próprio.

e) Ajuste de avaliação patrimonial
Compreende os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda e abrange a diferença entre as estimativas (premissas) e o efetivamente ocorrido no plano de previdência privada.

18) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	2º Semestre 2016		Exercícios 2016		Exercícios 2015	
Rendas de comissão e colocação de títulos	24.017	30.333	11.597	11.597	-	-
Rendas de corretagens com operações em bolsa	32.233	64.530	56.660	56.660	-	-
Rendas de serviços a empresa ligadas (1)	30.067	30.963	-	-	-	-
Rendas de administração de investimentos	309	572	1.287	1.287	-	-
Rendas de outros serviços	323	816	3.829	3.829	-	-
Total	86.989	127.214	73.373	73.373	-	-
Receitas de tarifas bancárias - Rendas com taxas de custódia - Pessoa física	1.689	3.283	2.863	2.863	-	-
Receitas de tarifas bancárias - Rendas com corretagens - Pessoa física	3.263	6.587	6.690	6.690	-	-
Total	4.952	9.870	9.553	9.553	-	-

(1) O aumento nas receitas de prestação de serviços à ligadas é decorrente da celebração dos contratos de atribuição de receitas por país que gerou um impacto de R\$ 29.170.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ao(s) Administradores e à Diretoria da **Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mudanças do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase
Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que o Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank, que inclui a Corretora, e o grupo Itaú Unibanco celebraram contrato de compra e venda das operações de *Consumer Bank* do Citibank no Brasil. A operação envolverá a reestruturação societária de algumas empresas do Conglomerado Financeiro Citibank, de modo que o negócio do varejo seja cindido e é absorvido pelo grupo Itaú Unibanco, conclusão desta operação está sujeita à aprovação pelos órgãos reguladores. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

19) Despesas com operações de empréstimos e repasses

O saldo das despesas com operações de empréstimos e repasses refere-se a despesas por empréstimos de ações, e o seu passivo está registrado em "Negociação e intermediação de valores" (nota 8).

20) Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2016		Exercícios 2016		Exercícios 2015	
Despesas de aluguel	(374)	(1.630)	(1.271)	-	-	-
Despesas de comunicações	(372)	(798)	(1.103)	-	-	-
Despesas de manutenção e conservação de bens	(136)	(251)	(2.015)	-	-	-
Despesas com comissões (1)	-	(29)	(12.773)	-	-	-
Despesas de serviços de terceiros	(1.570)	(3.302)	(4.442)	-	-	-
Despesas de serviços técnicos especializados	(1.033)	(2.149)	(3.166)	-	-	-
Despesas de promoções e relações públicas	(660)	(782)	(736)	-	-	-
Despesas de processamento de dados	(3.244)	(6.881)	(10.092)	-	-	-
Despesas de viagens	(1.731)	(3.418)	(2.918)	-	-	-
Despesas de amortização e depreciação	(288)	(613)	(744)	-	-	-
Despesas de serviços do sistema financeiro	(2.720)	(5.532)	(4.537)	-	-	-
Outras despesas administrativas	(560)	(1.100)	(1.135)	-	-	-
Total	(13.288)	(26.485)	(44.932)	-	-	-

(1) Refere-se, basicamente, a encargos e à comissão paga à empresa ligada no exterior por indicação de clientes globais.

21) Outras receitas/(despesas) operacionais

	2º Semestre 2016		Exercícios 2016		Exercícios 2015	
Receitas	-	-	-	-	-	-
Reversão de provisões contingentes	644	287	356	-	-	-
Reversão de provisões operacionais	855	1.632	1.259	-	-	-
Atualizações monetárias de depósitos judiciais	-	-	1	-	-	-
Atualização e recuperação de impostos	-	-	-	-	-	-
MTM positivo de ações tomadas por empréstimos	3.205	3.294	8	-	-	-
Reversão de provisão de remuneração de ações	-	1.008	1.931	-	-	-
Outras	267	1.136	555	-	-	-
Total	4.971	8.001	4.483	-	-	-
Despesas	-	-	-	-	-	-
Despesas com contingências	(1.287)	(1.885)	(1.160)	-	-	-
Atualizações monetárias de contingências	(713)	(1.622)	(1.262)	-	-	-
Ajustes de clientes	(1)	(10)	(23)	-	-	-
Despesas com provisões operacionais	(521)	(1.508)	(941)	-	-	-
Outros gastos com IPO	(326)	(326)	-	-	-	-
MTM negativo de ações dadas por empréstimos	(2.666)	(2.666)	-	-	-	-
Perdas operacionais	-	-	(57)	-	-	-
Despesas de serviços prestados por ligadas	(1.725)	(1.725)	-	-	-	-
Outras	(2)	(31)	(87)	-	-	-
Total	(7.241)	(9.773)	(3.530)	-	-	-

22) Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social

	2º Sem	
--	--------	--